



Militância de
FLORESTAN FERNANDES
em defesa da escola pública brasileira (1954 – 1964)

Mário Borges Netto



Militância de Florestan Fernandes
em defesa da escola pública brasileira (1954 – 1964)



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

REITOR

Prof. Dr. Julio César Damasceno

VICE-REITOR

Prof. Dr. Ricardo Dias Silva

DIRETORA DA EDUEM

Profa. Dra. Larissa Michelle Lara

EDITOR-CHEFE DA EDUEM

Prof. Dr. Carlos Alberto Scapim

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Profa. Dra. Larissa Michelle Lara

EDITORES CIENTÍFICOS

Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer, Prof. Dr. Antonio Ozaí da Silva, Prof. Dr. Carlos Herold Junior, Profa. Dra. Carolina Laurenti, Profa. Dra. Cecília Edna Mareze da Costa, Prof. Dr. Evandro Luís Gomes, Prof. Dr. José Luiz Parré, Profa. Dra. Kátia Regina Freitas Schwan Estrada, Profa. Dra. Lílíam Cristina Marins, Prof. Dr. Luiz Roberto Evangelista, Profa. Dra. Marcelle Paiano, Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado, Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo, Profa. Dra. Regina Lúcia Mesti, Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias

EQUIPE TÉCNICA

FLUXO EDITORIAL

Cicilia Conceição de Maria, Edneire Franciscón Jacob, Glauber Aparecido Yatsuda, Vania Cristina Scomparin

PROJETO GRÁFICO E DESIGN

Marcos Kazuyoshi Sassaka, Marcos Roberto Andreussi

MARKETING

Gerson Ribeiro de Andrade

COMERCIALIZAÇÃO

Carlos Henrique Eduardo Constâncio dos Santos, Solange Marly Oshima

Mário Borges Netto

Militância de Florestan Fernandes em defesa da escola pública brasileira (1954 – 1964)

Prefácio

Maria Cristina Gomes Machado

Apresentação

José Luís Sanfelice



Eduem
Maringá
2021

Copyright © 2021 para o autor

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, do autor.

Todos os direitos reservados desta edição 2021 para Eduem.

Todas as informações da obra, como as marcas registradas, os logos, as imagens e quaisquer outros conteúdos utilizados, são de responsabilidade do autor.

Revisão textual e gramatical: Ana Carolina Rollemberg de Resende

Normalização textual e de referências: Vanêssa Vianna Doveinis

Projeto gráfico/diagramação: Marcos Kazuyoshi Sassaka

Capa - imagens: Nuravi (Núcleo de Recursos Audiovisuais) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Capa - arte final: Marcos Kazuyoshi Sassaka

Fonte: Alegreya

Tiragem - versão impressa: 500 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Eduem – UEM, Maringá – PR., Brasil)

N476m Netto, Mário Borges
Militância de Florestan Fernandes em defesa da escola pública brasileira (1954-1964)/Mário Borges Netto; Prefácio Maria Cristina Gomes Machado; Apresentação José Luís Sanfelice -- Maringá : Eduem, 2021.
150 p.

ISBN 978-65-86383-91-1

1. Florestan Fernandes. 2. Democratização da educação. 3. Escola pública. I. Machado, Maria Cristina Gomes. II. Sanfelice, José Luís. III. Título.

CDD 22.ed.370

Cicilia Conceição de Maria (CRB 9-1066)

Editora filiada à



Eduem - Editora da Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5790 - Bloco 40 - Campus Universitário

87020-900 - Maringá-Paraná - Fone: (44) 3011-4103

www.eduem.uem.br - eduem@uem.br

À memória de José Luís Sanfelice (1949-2021), incansável militante da escola pública e generoso educador da classe trabalhadora.

Cada cidadão brasileiro precisa estar mentalmente preparado para repudiar convictamente a estranha doutrina, que para muitos parece natural, de que os golpes de Estado, dirigidos por minorias que se acreditam **esclarecidas**, constituem um sucedâneo eficaz do processo democrático. [...] Nesse sentido, o intelectual deve ser o primeiro a compreender a natureza real das exigências do estilo democrático de vida. Êle também deve ser o primeiro a propagar essa verdade e o último a consentir em que ela seja traída ou pervertida (Fernandes, 1968, p. 196, grifo do autor).

Sumário

Prefácio.....	11
Apresentação.....	15
Introdução.....	17
Capítulo 1	
O dilema educacional brasileiro em contexto de mudança social.....	25
O Brasil no vértice dos tempos.....	28
Em questão, o dilema educacional brasileiro: a educação como elemento de demora cultural	54
Capítulo 2	
O posicionamento de Florestan Fernandes na luta pela escola pública no Brasil	85
Modelos econômicos em disputa, projeto de nação em vias de construção	91
O debate educacional em torno da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024, de 1961.....	102
Pela democratização da educação: a participação de Florestan Fernandes na campanha em defesa da escola pública	115
Considerações finais	137
Referências.....	143
Partes consultadas da obra de Florestan Fernandes	149

Introdução

Neste livro tomamos por tema a ação intelectual de Florestan Fernandes (1920-1995) no campo educacional no período de 1954 a 1964. Elegemos como foco de análise a militância do intelectual em defesa da educação pública no período de elaboração e tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 4.024, de 1961 (Brasil, 1961). Sociólogo de formação, professor catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), um dos principais estudiosos da constituição da sociedade e do capitalismo brasileiro, autor de importantes estudos sobre os indígenas e os negros no Brasil, defensor das causas dos grupos subalternos, Florestan Fernandes ficou marcado na historiografia da educação brasileira por seu envolvimento ativo e persistente na luta em defesa da escola pública.

A vida de Florestan Fernandes foi marcada pelo seu envolvimento direto na educação. Foram aproximadamente 36 anos de militância pela democratização da educação brasileira. Entre os anos de 1959 e 1961, participou da Campanha em Defesa da Escola Pública contra as propostas de teor privatista, relativas à primeira LDB, e foi signatário do *Manifesto dos educadores, mais uma vez convocados*, publicado em 1959 (Mais uma vez..., 1959) Pronunciou conferências e escreveu vários textos contra a proposta dos militares de Reforma Universitária, que culminou na lei n. 5.540 de 1968 (Brasil, 1968). Na década de 1980, após retorno do exílio, como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, foi presidente da Comissão da Família, da Educação, Cultura, Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, da Constituinte de 1988. E já debilitado pela enfermidade que o levaria a óbito, envolveu-se no debate sobre a segunda LDB, promulgada em 1996 (Brasil, 1996).

Como é possível notar, a educação foi um elemento constante na obra de Florestan Fernandes, desde os seus primeiros escritos na década de 1950 até os últimos artigos publicados na década de 1990, sobre o projeto da LDB 9.394/96 (Brasil, 1996). A educação se manifestava em diferentes âmbitos de sua vida intelectual e política, fosse na docência, enquanto professor de Sociologia da USP, nas pesquisas, na militância em defesa da educação pública e no que Dermeval Saviani (1996) denominou de ‘ação publicística’.

A ação de Florestan Fernandes, enquanto intelectual, e a sua obra constituem um legado sobre uma época de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que marcaram a história brasileira no século XX. A busca sistemática por dar sentido aos seus próprios trabalhos conduziu Florestan Fernandes à

inserção compromissada no âmbito acadêmico-científico e na luta política pela transformação da realidade brasileira. Os esforços teóricos, dedicados à compreensão do contexto que vivenciava, bem como a reflexão sobre a sua prática acadêmica e político-social renderam a Florestan Fernandes uma vasta obra dedicada a variadas temáticas, dentre elas, a educação.

Isso nos motivou a pesquisar os seus escritos educacionais, tendo como horizonte de análise a sua militância como intelectual em defesa da educação pública no contexto da elaboração e tramitação da LDB n. 4.024, de 1961 (Brasil, 1961). Focamos a militância de Florestan Fernandes na luta pela educação pública, na ação prática do intelectual, pois partimos do suposto que é a prática que confere sentido e fundamento às ideias produzidas, e não o contrário. Em vista de recuperar o intelectual, suas ideias e ações sociais no contexto vivenciado, privilegiamos, enquanto instrumento analítico, o modo consciente de intervenção do intelectual na realidade, baseado em seu sistema teórico. A isso denominamos de ‘ação intelectual’. Adjetivamos o termo ‘ação’ com a categoria ‘intelectual’, pois entendemos que a função social de um intelectual é específica e se difere daquelas de outros sujeitos sociais, qual seja, ser um organizador das massas de homens, um organizador de ideias, um dirigente (Gramsci, 2007). Passamos a entender a ação intelectual como uma prática social consciente e deliberada, por isso uma atividade teórico-prática, adequada a fins de organização ideológico-cultural, cuja implicação é o direcionamento político das condutas de sujeitos individuais de diferentes classes e/ou grupos sociais¹. Na prática, as ações intelectuais assumem necessariamente caráter classista e sua finalidade pode variar conforme o grupo social com o qual o intelectual está comprometido politicamente, expressando-se de diferentes formas: ação intelectual mantenedora, transformadora ou, na sua radicalidade, revolucionária.

Neste livro, dedicamo-nos aos escritos de Florestan Fernandes produzidos entre os anos de 1954 e 1964. Esse recorte se justifica, pois, a maioria dos seus textos educacionais é desse período, quando Florestan Fernandes se colocou a serviço da luta contra o que ele denominou ‘conspiração contra a Escola Pública’ (Fernandes, 1963), como pode ser visto pelo seu envolvimento na Campanha em Defesa da Escola Pública (Campanha), de 1959 a 1961. A Campanha foi um movimento em defesa da educação pública no Brasil que mobilizou diversos intelectuais e educadores. “Essa campanha se estruturou formalmente por ocasião da I Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública, realizada na cidade de São Paulo em 5 de maio de 1960 [...]” (Fernandes, 1963, p. 115). Foi um

1 Lançamos mão da categoria grupos sociais por considerar que as classes sociais não são homogêneas, portanto, compostas de agrupamentos, ora distintos material e objetivamente, que podem assumir táticas políticas diferentes. Os elementos que conferem unidade a esses grupos são as condições materiais e a visão de mundo por eles reproduzida, o projeto societário proposto e/ou praticado.

movimento em resposta ao debate travado entre os intelectuais brasileiros de diferentes posicionamentos teórico-políticos sobre a reconstrução educacional, em torno das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Entre as décadas de 1940 e 1960 o país vivenciou um debate educacional que estava intimamente relacionado com a implantação de um projeto nacional de desenvolvimento econômico que implicava na racionalização e modernização administrativa e política do país, o que exigia uma formação humana adequada à ordem social competitiva. A elaboração de uma LDB passou a fazer parte da agenda do governo federal. A lei deveria redefinir a organização da educação nacional, tendo como referência as mudanças sociais, engendradas pela industrialização e urbanização. Além disso a LDB redefiniria o papel do Estado diante da educação e alteraria as regulamentações estabelecidas por Gustavo Capanema por meio das Leis Orgânicas do Ensino.

No final da década de 1950, o debate educacional em torno da LDB atingiu seu ápice. Dois grupos distintos de intelectuais e políticos polarizaram a disputa e buscaram imprimir na LDB as propostas e os interesses que representavam. De um lado, os educadores e intelectuais comprometidos com o fortalecimento e ampliação da rede pública de ensino, em sua maioria, inspirados pelos ideais da Escola Nova. De outro lado, os defensores da rede privada de ensino, religiosos e empresários da educação, que tinham como seu principal porta-voz o deputado Carlos Lacerda. Segundo Ester Buffa (1979), como resposta a esse debate, em 1959, Florestan Fernandes se juntou aos intelectuais que defendiam a escola pública, participou da Campanha e se tornou o principal defensor da causa. No interior desse movimento, o sociólogo uspiano iniciou a sua militância ativa pela educação, proferiu conferências e palestras sobre as consequências da LDB e produziu a maioria de seus escritos sobre a educação brasileira.

No que se refere aos marcos temporais, demarcamos 1954 por se tratar do ano em que Florestan Fernandes foi contratado pela USP para a cadeira de Sociologia I. Esse fato é marcante em sua vida, pois representou a conquista das condições materiais e objetivas que proporcionou ao intelectual se dedicar integralmente ao trabalho acadêmico. Já o ano de 1964 foi o momento em que Florestan Fernandes defendeu a tese *A integração do negro na sociedade de classes*, que o tornaria professor catedrático da FFCL da USP, efetivado por concurso de títulos e provas, a partir de 23/02/1965.

Essa tese de cátedra é emblemática para o nosso trabalho, pois ao tratar da questão racial o intelectual estava de fato problematizando os fundamentos da constituição e organização da sociedade brasileira na transição do século XIX para o XX. Estudar os negros não foi fortuito. O processo de construção da ordem social competitiva no Brasil, a partir dos moldes capitalistas, tem nas suas raízes um movimento de desagregação de uma ordem social senhorial escravocrata.

O modo como se deu o processo de desintegração da produção escravista e as tentativas de integração do liberto numa produção livre, de trabalho assalariado, foram os elementos que pautaram os processos de construção e consolidação do capitalismo brasileiro no século XX e impactaram a organização da educação nacional.

As análises sociológicas de Florestan Fernandes sobre a educação nacional tomam como base o processo de transição da ordem social escravocrata para a ordem livre competitiva que configurou o capitalismo brasileiro. O Brasil passava por transformações na esfera produtiva, resultantes da desintegração do modo de produção escravista, que dinamizaram o processo de urbanização e a recomposição da política nacional. Em um momento de mudanças sociais, quando o padrão social escravista, que engendrou a dinâmica da sociedade brasileira desde o período colonial, passou a ser substituído por um padrão cujas bases estavam no trabalho assalariado e na livre competição entre os indivíduos, a educação se tornou um elemento de integração social. Por meio dela, pensava-se ser possível o ajustamento do indivíduo à sociedade em mudança, pois ela permitiria alinhar as condutas dos sujeitos aos valores e princípios próprios da nova ordem social.

Para Florestan Fernandes (1971), a educação brasileira não acompanhou as mudanças sociais que o país vivenciava e, em certa medida, impedia o progresso da constituição da ordem social competitiva. O contexto de mudança do século XIX para o XX demandou alterações em todos os níveis de ensino (primário, secundário e superior), na estrutura, organização, funcionamento, que foram correspondidas de forma parcial por meio das reformas capitaneadas pelo governo central e pelos estados da federação. Para o autor, ajustar a educação ao ritmo das mudanças sociais somente seria possível mediante uma reforma educacional capaz de reestruturar o sistema de ensino em âmbito nacional. O intelectual enxergava na elaboração da primeira LDB (Brasil, 1961) o momento adequado para se repensar a educação nacional e por isso se envolveu no debate e fez parte do grupo de intelectuais e políticos que defendiam a escola pública.

A militância de Florestan Fernandes pela educação no contexto das décadas de 1950 e 1960 ficou marcada na historiografia. Saviani (1996) afirma que ao longo de toda a obra de Florestan Fernandes é possível perceber um intelectual que assume a posição crítica e militante,

[...] que encara a educação seja como objeto de análise científica seja como campo de intervenção prática, ambos os aspectos requerendo, de forma articulada, a contribuição do sociólogo e sua colaboração com os educadores na obra de reconstrução do sistema educacional brasileiro (Saviani, 1996, p. 78).

Tal como Adriana Josefa Ferreira Chaves (1997) sugere, entendemos que os escritos de Florestan Fernandes sobre a educação nos revelam que ele foi o típico intelectual caracterizado por Marx na terceira tese sobre Feuerbach², um educador que foi educado pelas circunstâncias, que se modificava à medida que intervia na realidade. Florestan Fernandes tomou a educação brasileira como um objeto de seus estudos à medida que era ‘convocado’ pelas circunstâncias a se envolver com as lutas sociais em vista da transformação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, defendemos que a luta pela transformação radical da sociedade brasileira e pela superação dos dilemas educacionais conferiu unidade à atuação de Florestan Fernandes dentro e fora do espaço acadêmico e coerência entre sua visão de mundo e ação intelectual. A busca por construir alternativas revolucionárias para a sociedade brasileira foi um elemento permanente em sua obra e a militância tornou-se uma constante na sua vida. Desde a década de 1940, no início do período de sua formação acadêmica, o intelectual se empenhava na luta pela revolução socialista no Partido Socialista Revolucionário (PSR), propósito que se tornou uma constante em sua vida e o conduziu, posteriormente, a exercer de modo indissociável as atividades de sociólogo e de militante. Expressão disso foi o seu envolvimento na luta pela educação pública no interior da Campanha, que representou a expressão prática de suas proposições e o compromisso com a visão de mundo e as causas dos grupos sociais subalternos.

Os escritos educacionais de Florestan Fernandes representam a marca de sua militância e do exercício de seu papel de intelectual. Para nós, esses escritos se fazem atuais, pois expõem a crítica que Florestan Fernandes fez, e que ainda ecoa, aos intelectuais quanto ao seu papel na sociedade: denúncia ou combate? O sociólogo em questão considera que tanto a denúncia quanto o combate são tarefas complementares, inerentes à conduta do intelectual, contudo sua militância na educação revela seu posicionamento combativo e o peso que atribui à iniciativa prática da luta política, ou seja, ao combate.

O referido autor atribui a todos os cidadãos a responsabilidade pelos rumos da sociedade, porém destaca que, ao contrário dos outros agentes sociais, o intelectual tem por dever “[...] compreender a natureza real das exigências do estilo democrático de vida. Ele também deve ser o primeiro a propagar essa verdade e o último a consentir em que ela seja traída ou pervertida” (Fernandes, 1968, p. 196). Para Florestan Fernandes, cabe aos intelectuais, ao lado do povo, construir e defender um regime político em que os grandes objetivos da vida

2 “A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como ‘prática revolucionária’” (Marx; Engels, 2007, p. 533-534).

social e o exercício do poder sejam efetivamente definidos diretamente pelo povo e submetidos ao controle deste, com respeito absoluto aos direitos inalienáveis dos homens.

Em outras palavras, Florestan Fernandes cobrava responsabilidade ética e compromisso social daqueles que tinham como tarefa a produção e difusão do conhecimento. Cabe destacar que a motivação da crítica não era moral, senão política. O intelectual deve estar atento “[...] à contribuição positiva que a sociedade brasileira tem o direito de esperar de seus intelectuais conscientes [...]” (Fernandes, 1968, p. 187). No que diz respeito às questões políticas, cabe aos intelectuais “[...] pôr em prática aquilo que precisa ser feito para que o estilo democrático de vida não se corrompa, transformando-se no seu oposto, a sujeição consentida de uma maioria fraca a uma minoria prepotente” (Fernandes, 1968, p. 187). Atualmente, em tempos em que a frágil democracia brasileira sofre com a ascensão oportunista de uma direita conservadora que se aproveita do poder político para ameaçar os direitos sociais, como saúde, previdências e educação, conquistados historicamente pelos grupos sociais subalternos, a obra de Florestan Fernandes nos chama para sairmos à luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, os escritos de Florestan Fernandes se tornam importantes para a história da educação brasileira à medida que nos permitem entender que defender a escola pública como um espaço privilegiado de transmissão do conhecimento está na ordem do dia e que ela é um importante instrumento para a formação da classe trabalhadora. O conhecimento da sua obra é fundamental para o nosso tempo, para avançarmos tanto científica quanto politicamente na luta de classes. A partir dela podemos indicar elementos teóricos sobre uma possível ‘escola da transição’, ou seja, pensar a educação escolar como um instrumento capaz de contribuir para a construção do processo revolucionário. Consideramos que a primeira tarefa de uma estratégia revolucionária é saber tratar e lidar com as contradições que nascem no terreno da sociedade capitalista. A sociedade cindida em classes e sua forma de governo desenhada nos moldes da democracia liberal-burguesa não poderiam se constituir, se manter ou se revolucionar sem a contestação e a luta da classe trabalhadora. Frente a isso, uma das possibilidades para fazer ferver a pressão radical dos grupos sociais subalternos é o resgate da história da luta de classes, dos embates travados pela classe trabalhadora contra as desmedidas do capital, incluindo as trajetórias dos seus intelectuais orgânicos (Gramsci, 2007). No entanto, se esse resgate for realizado sem a intencionalidade contestatória, a possibilidade de uma apropriação indevida dessa história fortalecerá e perpetuará uma historiografia conveniente à manutenção da ordem social que se quer transformar. Assim, revisitar a obra e a ação intelectual de Florestan Fernandes nos permite elaborar

compreensões mais articuladas e sistematizadas sobre as lutas políticas em defesa da educação pública, na disputa pelos rumos do projeto de escolarização da classe trabalhadora brasileira, e a transição do modo de produção capitalista para outro modo de produção, o socialista.

Para melhor exposição do nosso trabalho, organizamos o livro do modo que segue: no capítulo 1, O dilema educacional brasileiro em contexto de mudança social, demonstramos as análises sociológicas de Florestan Fernandes sobre a educação nacional na primeira metade do século XX. Para isso, apresentamos seus escritos sobre educação junto com as suas pesquisas acerca da mudança social no Brasil, manifesta pela desintegração da ordem social senhorial escravocrata e a transição para ordem social competitiva. No segundo capítulo, O posicionamento de Florestan Fernandes na luta pela escola pública no Brasil, apresentamos o sociólogo destacado enquanto um intelectual militante da educação. Nessa parte reunimos os argumentos que sustentam a nossa tese da centralidade dos escritos educacionais para compreender Florestan Fernandes enquanto um intelectual. Para tanto, tratamos a militância do autor no interior da Campanha em defesa da escola pública como resposta a um debate educacional, travado entre os defensores da escola pública e os privatistas. A compreensão desse debate nos fez remeter o debate educacional à materialidade posta no contexto e nos projetos societários que estavam em disputa.